

ZERO alerta para elevados valores de dióxido de azoto em Lisboa

11 de Abril, 2022

No âmbito do Dia Nacional do Ar, que se assinala esta terça-feira, dia 12 de abril, a Associação ZERO volta a alertar para o papel de uma mobilidade sustentável, na medida em que o setor dos transportes, em particular o transporte rodoviário, é a principal causa de poluição do ar nos centros urbanos portugueses.

De acordo com a Associação, há cada vez mais cidades europeias a tomar medidas para reduzir a poluição atmosférica tóxica e o impacto climático que os automóveis representam. “Estas medidas são diversas, desde a criação de zonas de emissões reduzidas (as chamadas ZER) que limitam a utilização de veículos mais poluentes, até restrições gerais do transporte motorizado, através da criação de zonas zero emissões (as chamadas ZZE, zonas da cidade praticamente livres de veículos a combustão)”, refere a Associação, num comunicado.

A tendência Europeia no sentido de criar “restrições ao tráfego automóvel poluente” nos centros das cidades é clara. A ZERO considera que as Zonas de Emissões Reduzidas e as Zonas de Zero Emissões são um instrumento de política pública ao dispor das cidades para melhoria da qualidade do ar e do conforto do espaço público, mas que em Portugal não está a ser devidamente aproveitado. Para implantar estas zonas a médio prazo, o caminho tem de ser preparado desde já: “As autarquias devem-no fazer progressivamente, começando nos centros históricos e alargando-as às zonas mais periféricas. Para aumentar a aceitação, estas zonas podem começar por existir em períodos de tempo limitados, como aos fins-de-semana e feriados”, lê-se no mesmo comunicado.

Lisboa com valores demasiado elevados de dióxido de azoto

A ZERO assegura que tem vindo a acompanhar em detalhe a evolução da qualidade do ar na cidade de Lisboa, recorrendo às concentrações de dióxido de azoto (NO₂) medidas nas estações de monitorização da qualidade do ar geridas pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e cujos dados (provisórios) são disponibilizados pela Agência Portuguesa do Ambiente.

De momento, segundo a Associação, desde 1 de janeiro de 2022 e até 8 de abril de 2022, a média de concentrações de dióxido de azoto é de 47 µg/m³, fruto do tráfego automóvel, valor acima do limite em termos anuais de 40 µg/m³. A ZERO lembra que decorre no Tribunal Europeu de Justiça uma queixa contra Portugal por “má qualidade do ar em diversas zonas do país, incluindo Lisboa, não se vendo medidas suficientes a serem tomadas para contrariar a situação. Uma decisão desfavorável pode implicar o pagamento de uma multa substancial por parte do país, ou seja, os contribuintes”.

A Agência Europeia do Ambiente publicou há alguns dias a sua última análise

da qualidade do ar na Europa, apresentando uma análise do panorama em 37 cidades europeias em 2020 e 2021 (nesta caso uma análise ainda provisória). O estudo baseou-se em medições das concentrações de partículas (que causam arritmia cardíaca, ataques cardíacos, ataques de asma e bronquite, entre outros), dióxido de azoto, ozono (um irritante respiratório) e benzopireno (um carcinogénico).

Um recente relatório Agência Europeia do Ambiente mostra que “96% da população urbana (incluindo Lisboa) está exposta a concentrações de partículas que excedem as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e a evidência científica do que são os valores seguros, embora só 1% esteja exposta a níveis que excedem os presentes na legislação europeia”. Durante os confinamentos, os níveis de dióxido de azoto baixaram cerca de 25%, mas mesmo assim “90% da população esteve exposta a níveis superiores aos desejáveis”, refere a ZERO, citando os dados.

Além desta situação preocupante que o relatório expõe, fica ainda claro que a “legislação europeia para a qualidade do ar é extremamente permissiva”. A ZERO entende que “os valores limite de poluentes na Europa devem ser alinhados com a evidência científica e as recomendações da OMS, sob pena de se continuarem a não tomar medidas conducentes à resolução deste silencioso mas importante problema de saúde pública”. Por exemplo, “para as partículas finas (PM2,5) e para o dióxido de azoto, os limites legais anuais vigentes na UE são quatro vezes mais elevados do que as recomendações da OMS”, remata.